

D. Luiz I, XXVIII Rei de Portugal

Se é peso enorme um sceptro ao braço mais robusto,
que será quando cáe da mão de um Dívo augusto,
em dextra fraternal que a dor desfalleceu!
que será quando vem de fructos avergado,
promessas verdejando, em prantos alagado,
como esse que hoje é vosso, e que era ind'hontem seu!

Haveis de o sustentar (bem sei), que a heroicidade
é já madura em vós quando alvorece a edade;
haveis de ser Rei grande, apoz um grande Rei;
mas que esforço e que estudo exige ess'alta empreza!
Quanto é mistér vencer a propria natureza,
e antes de impol-a aos mais, saber impor-se a lei!

A. F. DE CASTILHO — A S. M. EL-REI D. LUIZ.

Posto que os designios da Providencia sejam insondaveis, não poucas vezes deixam entrever para onde aponta o dedo de Deus.

Se ha prognostico bem fundado, que nos possa dar o vivifico alento da esperança, que nos inspire a confiar que o Omnipotente destina mais prosperos dias para o desventurado reino de Portugal, é a similhança, a quasi conformidade da geração de D. João I e da rainha D. Filippa, com a de D. Fernando II e da rainha D. Maria II; dois consorcios abençoados de instructa e gentil prole — o primeiro, de rei portuguez com princeza britannica; o segundo, de rainha portugueza com principe allemão.

Qual foi a educação que no proprio paço receberam os gloriosos filhos do mestre de Aviz, consta mui por largo das nossas velhas chronicas; e um historiador que as compulsára e compilou, Duarte Nunes, diz singelamente:

«Entre as mais virtudes d'esta princeza (a consorte de D. João I), se contava o cuidado que teve da educação de seus filhos em letras e bons costumes, e fóra dos mimos e errada educação dos senhores hespanhoes, porque foram dos mais valorosos principes que houve em sua edade; e assim, do tempo da rainha D. Filippa e de seus filhos para cá, houve em Portugal, na policia e tratamento das pessoas reaes, tanta mudança e bons estilos, muita differença na linguagem e nos conceitos.»

Não está aqui a prosopographia da saudosa rainha D. Maria II?

Quando a morte nos arrebatou de subito, quasi, e em tão florida estação da edade, o mais illustrado soberano da Europa, o nosso rei, o amigo das letras, o fautor da instrucção publica, o promotor do engrandecimento do seu reino, foi tal a magoa, a saudade de toda a nação, que nos primeiros impetos de tão cortante dor, muitas vozes clamaram que esta perda era irreparavel. Muitos dos escriptores que pagaram o tributo da sua intelligencia ao que tambem fôra seu collêga na manifestação impressa do pensamento, se exprimiram, apaixonados, pelo mesmo teor.

Nós, com quanto não cedessemos a nenhum outro, no pezar immenso que esta calamidade causou, mórmente aos que tiveramos a ventura de tratar de perto o sabio principe, nunca julgámos irreparavel esta perda, embora a houvessemos por incalculavel.

O conceito que formavamos do infante successor da coroa, nos mitigava o sentimento da prematura morte do bondoso imperante, e nos inspirava a confiança de que elle fôra destinado para reparar a perda que todo o reino encarecia, e na sua dor exaggerava com desalento.

Filho dos mesmos paes, educado com o mesmo regimen moral e religioso que seu augusto irmão, instruido pelos mesmos mestres, e, sobre tudo, amestrado já na vida maritima, a mais temivel eschola de quantas ha em todo o universo, e a que, segundo parece, deviam cursar os que Deus tem fadado para tomarem o leme da nau do estado, que assim se chamou sempre, por allegoria, ao governo das nações. Tão enfurecidos, inconstantes e revoltos são julgados os homens, que aos embravecidos mares se compararam!

S. M. El-Rei D. Luiz Filippe de Bragança, nasceu a 31 de outubro de 1838, no mesmo dia do anno de 1391 em que nascêra o filho mais velho del-rei D. João I, D. Duarte, que succedeu a seu pae. Quererá Deus, pois permittiu esta auspiciosa coincidencia, que o neto deixe na historia do mundo, e na memoria do povo, tão glorioso nome como o d'aquelle sabio rei, seu inclyto avô, um dos conquistadores de Ceuta.

Depois de instruido como convinha á sua alta jerarchia, ao nosso seculo, e á presumpção de succeder no throno, applicando-se principalmente ás mathematicas e nautica, sob a direcção do sabio lente da eschola polytechnica, Filippe Folque, por sua propria vontade e decidida vocação, sentou praça na armada real, como qualquer filho do povo, aos 8 annos de edade, passando á classe de guarda-marinha, pelo decreto que vamos transcrever, documento honroso para a soberana mãe que o firmou, e para o systema constitucional, cuja mór garantia é a egualdade perante a lei.

«Serenissimo infante, duque do Porto, Dom Luiz Filippe Maria Fernando Pedro de Alcantara Antonio Miguel Raphael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis João Augusto Julio Volfando Saxe Coburgo Gotha de Bragança e Bourbon, meu muito amado e prezado filho. Eu Dona Maria, por graça de Deus, rainha de Portugal e dos Algarves etc. vos envio muito saudar, como áquelle que muito amo e prézo.

Desejando que no vosso coração seja desde a primeira infancia alimentado o sagrado fogo do amor da patria, de que os principes devem servir de exemplo e modelo, pela recordação dos prodigiosos e gloriosissimos feitos maritimos com que meus antepassados, desde o inclyto infante Dom Henrique, eternisaram na historia, e fizeram acatar em todo o mundo, o nome portuguez;

Comprazendo-me em reconhecer no vosso animo uma decidida e resoluta inclinação para a vida maritima, que muito fólgo de fortalecer por todos os respeitos;

E querendo, finalmente, dar por esta occasião á briosa e illustre corporação da armada, uma publica e solemne prova da consideração em que tenho os seus relevantes serviços, e constante dedicação ao meu throno, e á carta constitucional da monarchia: Hei por bem, e me praz, nomear-vos, como por esta carta vos nomeio, guarda-marinha da mesma armada.

Serenissimo infante, duque do Porto, Dom Luiz Filippe etc. meu muito amado e prezado filho, Nosso Senhor haja a vossa augusta pessoa em sua continua guarda.

Escripta em Lisboa, no paço de Belem, aos nove de outubro de mil oitocentos e quarenta e seis. Vossa extremosa mãe, MARIA — *D. Manuel de Portugal e Castro.*»

Quando já estava pratico nos exercicios e manobras da sua arma, foi promovido a segundo tenente por decreto de 19 de maio de 1851, cinco depois do seu assentamento de praça.

No governo absoluto, os principes não seguiam os postos, como se fossem entes privilegiados, ou do outro mundo!

Por decreto de 29 de outubro de 1854, foi despachado capitão tenente, e quando tinha já vinte annos, para se costumar á vida maritima, foi nomeado commandante honorario do brigue *Pedro Nunes*, fazendo todo o serviço de bordo como qualquer official, saindo depois no mesmo navio a cruzar nas perigosas costas de Portugal. Entrando a barra, voltou a fazer novo cruzeiro nas costas de Gibraltar, onde se demorou por espaço de um mez.

Promovido a capitão de fragata por decreto de 24 de março de 1858, o primeiro despacho que teve de seu augusto irmão, o tão chorado rei D. Pedro V, assumiu então o commando do vapor *Bartholomeu Dias*, no qual fez as seguintes viagens.

Primeiramente foi ás ilhas da Madeira e dos Açores, paragens estas onde havia annos não tinha aportado nenhuma pessoa real portugueza.

Depois foi a Inglaterra visitar os arsenaes, docas e estaleiros d'aquella grande e vastissima potencia, e alli se demorou proximo de dois mezes. Para esta viagem foi nomeado capitão de mar e guerra, por decreto real de 9 de março de 1859.

Quando sua esbelta irmã, a serenissima infanta D. Maria Anna, casou com o principe Jorge de Saxonia, foi o sr. infante D. Luiz conduzir no vapor do seu commando, ricamente alfaiado, os augustos conjuges ao primeiro porto de Inglaterra, no anno de 1859.

N'este mesmo anno foi ao imperio de Marrocos, em companhia de seu augusto pae el-rei D. Fernando, e alli teve occasião de observar muitas paragens que foram outr'ora eschola e theatro da nossa milicia e do valor portuguez. Viu Tanger, conquista que fôra nossa, e carcere do infante D. Fernando, que deu a liberdade, e depois a vida, para que se não entregasse aos infieis a famosa Ceuta.

No anno immediato fez viagem mais larga, e mais arriscada. Foi visitar as nossas decadentes posses-

sões da Africa occidental, sem o apavorar a insalubridade d'aquelle clima, nem o afugentar a pobreza e desgoverno d'aquellas nossas esquecidas colonias.

Navegou para Angola, sempre no vapor do seu commando, e aportou a Loanda em setembro de 1860.

Era o primeiro principe portuguez que entrava no reino de Angola! A noticia da chegada do irmão do seu rei jubilou toda a cidade, cuja povoação, e parte da dos sertões, acudiu a recebel-o e victorial-o. Nunca os pobres colonos haviam tido um dia como aquelle. S. A. visitou os estabelecimentos publicos e particulares da cidade, não só acompanhado do seu sequito, mas tambem por vezes foi a terra incognito, para melhor tomar conhecimento do estado d'aquella possessão, que só por indesculpavel incuria se não levanta do marasmo a que desde seculos a tem deixado cair.

Regressando a Lisboa, pouco tempo repousou entre as delicias domesticas e os afagos de seu pae e irmãos, tão bem avindos e cordialmente amigos todos.

Em abril de 1861, voltou á ilha da Madeira em serviço do estado; na volta ancorou em Gibraltar, regressando a Lisboa em maio do mesmo anno.

Ajustado o casamento de sua graciosissima irmã, a senhora infanta D. Antonia, com o principe Leopoldo de Hohenzollern, foi o serenissimo infante D. Luiz, no seu vapor, buscar o noivo, já seu cunhado, por ser irmão da fallecida rainha D. Estephania.

Quando S. M. el-rei D. Pedro v foi á cidade do Porto abrir a exposição industrial de 1861, o nosso infante largou das aguas do Tejo para o ir buscar á foz do Douro, e acompanhal-o a Lisboa, sempre no seu vapor *Bartholomeu Dias*.

Por ultimo, a 18 de setembro do anno passado, para nós tão infausto e nefasto!, foi o sr. infante D. Luiz conduzir ao porto de Antuerpia, a bordo do seu vapor, os recemcasados, sua irmã D. Antonia e seu cunhado D. Leopoldo de Hohenzollern, indo tambem em companhia o serenissimo infante D. João, coronel de lanceiros, uma das victimas da maligna febre que assolou o paço dos nossos reis.

Foi esta a sua ultima viagem como infante, e capitão de mar e guerra commandante do vapor, onde se familiarisou com as furias e solidões do Oceano, e se amestrou na alta eschola da navegação longinqua. Quando voltou a Lisboa, traspassado o coração com a noticia do primeiro golpe que a morte descarregou nos seus queridos irmãos, teve de largar o seu navio para com mais celeridade voar a Lisboa n'um dos grandes vapores da carreira transatlantica.

Fôra de Antuerpia a Toulon, por convite do imperador dos francezes, assistir com seu augusto irmão, o coronel infante D. João, ás manobras de Compiègne.

Estava para entrar no baile que em palacio se dava em sua honra, quandò o nosso ministro em Paris recebeu, por telegramma, a noticia do fallecimento do desventurado infante D. Fernando. O nosso principe ouviu da bocca do proprio Luiz Napoleão as meias palavras que no coração lhe presagiaram o infortunio que o esperava. Suspendeu-se o baile, e os infantes de Portugal partiram n'essa mesma noite para Paris, e d'alli para Southampton, a bordo do velocissimo vapor *Oneida*, que n'aquelle momento largava para Lisboa.

Por maior tempestade que se desencadeasse contra o baixel que trazia os dois infantes, mal se poderia comparar á que elles ambos deviam sentir lá dentro em si, combatidos da dor que lhes estalava o peito, já sabedores da morte quasi repentina de seu infantil irmão Fernando, e atterrados com a idéa de que el-rei D. Pedro, tão carinhoso para aquelle irmão, e quebrado de corpo e de espirito por tão repetidos golpes, todos apontados ao coração, e cravados no mais intimo dos seus affectos, sentiria um abalo que lhe arriscasse a vida, tão necessaria para os seus e para o reino.

E não foram vãos, ainda mal, esses temores, tão fataes apprehensões. Chegados á foz do Tejo, quando raiava o nefasto dia 14 de novembro de 1861, o coração dos consternados infantes annuviou-se de todo; cerrou-se-lhes em trevas luctuosas o vislumbre de esperança que ainda os confortava na sua agonia, que era poderem chorar nos braços do irmão reinante, o apartamento mortal do seu caro Fernando!

Os estandartes das fortalezas da barra ainda meio arriados, as boccas de fogo soltando a miude retumbantes ais lugubres, tudo silencioso, tristeza e choro, indicios eram de que o reino estava em orphandade...

O que d'aqui se seguiu, foi uma scena de consternação tal, que só correndo-lhe um véo de reticencias se póde bem imaginar qual seria!

....

O acto e solemnidades da acclamação de S. M. el-rei D. Luiz, já por nós foram descriptos n'este jornal. [1]

O novo soberano, a pedido da camara e povo de Lisboa, transferiu provisoriamente a sua real residencia para o paço de Caxias, a duas legoas da capital, na margem direita do Tejo, em quanto se está beneficiando o palacio das Necessidades, onde a morte abriu duas sepulturas.

De Caxias tem vindo S. M. á capital visitar diversos estabelecimentos publicos, começando assim a dar já testimunhos de que ha de seguir os bons exemplos que lhe apontou seu piedoso irmão.

E ha de. Tanta conformidade de educação, de estudos, de indole, de amor da patria; com tantos documentos por onde o joven monarcha viu que o povo adorava seu augusto predecessor, o novo reinado não será menos digno que o antecedente, das sympathias da nação, e do respeito da Europa.

OS OLHOS NEGROS

I

> Tem olhos negros,
> Olhos de lucto...

Além do circulo polar arctico, em confins da Laponia, e junto de Hammerfest, ultima povoação habitavel da Europa, se ergue no mar gelado cada anno durante seis mezes, a negra, escarpada e colossal ilha de Lôppen.

Caíam os primeiros flocos nevados de 1730. Era a 15 d'agosto.

As noites eram mais curtas, e a aurora boreal illuminava-as, fechando o circulo resplandecente dos crepusculos simultaneos da manhã e da tarde.

Havia uma semana que a lua apparecia n'aquelle ceo, depois de mez e meio de absoluta ausencia.

Tudo annunciava a aproximação do inverno, cujo branco phantasma, ainda bem não entreapparece no polo, petrifica e envolve em um sudario aquellas tristes latitudes.

Os nobres resguardavam-se em seus castellos, os pobres em suas choças, e os ursos brancos entre as camadas de gelo secular. Algumas aves faziam o seu ninho nas fendas de altos pinheiros, em quanto outras levantavam o vôo para o meio-dia, procurando novas primaveras. Os baleeiros e outros navios d'aquel-

[1] Vid. a estampa e artigo do n. 45.

las paragens desferiram as vélas em direcção á Europa, receiosos de ficarem encravados n'um mar gelado... Os portos, as povoações e os campos, ficavam desertos e abandonados. Parecia que por elles passára espantosa calamidade, ou que se lhes avisinhava, ameaçando-os, funesto conquistador.

E assim deviam permanecer aquellas regiões durante sete mezes de silencio e destruição!

II

Nas aridas penhas da ilha de Loppen está situado um palacio que sobresáe alli como excrescencia: tão musgosos e carcomidos são os muros d'elle, quasi todos moldados na rocha viva. E é que esta guarida de abutres não foi obra de edificação, mas de excavação, de tal modo que do mar apenas se vêem as ameias da fortaleza, em quanto o resto fica sepultado no coração da ilha. Algumas claraboias abertas na penha, para darem luz ao interior, indicam vagamente os sete andares do castello, no ultimo dos quaes, inaccessivel completamente aos rigores do inverno, habitam os senhores d'aquelle alcaçar subterraneo.

Alli é sempre noite. Em um salão triangular, alcatifado com ricas pelles de marta e rangifero, alumiado pela avermelhada luz de seis resinosas achas, ardia, em a noite citada, enorme tronco de pinho deitado em tripode de ferro. Saía o fumo em espiraes, similhando uma columna salomonica, pela claraboia d'aquella gruta, situada a cem pés do ar livre, em quanto a galeria aberta, que ficava em frente da lareira, trazia refegas de vento morno e perfumado.

Dois personagens havia n'este aposento. Um dormia repotreado em cadeira de carvalho; e era Magno de Himi, o senhor da ilha de Loppen. Teria vinte e cinco annos; vestia comprido gabão de pelles negras, por debaixo do qual apparecia um trajo meio guerreiro, meio cortezão, summamente luxuoso; este moço, que no meio-dia não passaria por bello, era dotado de estranha formosura. Era pequeno de estatura, grosso, ou antes robusto; moreno, porém com os cabellos côr de oiro, que lhe caíam nos hombros, e uns olhos de azul clarissimo como o ceo da peninsula em formoso dia de janeiro. Seu rosto imberbe como o de mulher, tinha, comtudo, tal ar de força e energia varonil, que ninguem poria em duvida o valor do escandinavo.

Em frente d'elle, e illuminada docemente pelos resplendores do lar, resava com verdadeiro recolhimento uma joven, quasi uma criança, alva como alabastro, loira tambem, com os olhos de um celeste diaphano, delicada e formosa como as flores moribundas d'aquellas fugitivas primaveras. Envolvia-lhe todo o corpo, e o capuz resguardava-lhe a cabeça, comprida tunica de pelle de arminho, cuja brancura deslumbrava. Parecia uma açucena pendida de um floco de neve virginal, uma rosa branca fluctuando em golpho de espuma, elegante cysne de alva plumagem, ou nuvem de aromas illuminada por luar de estio. Era a norueguesa Fédera, esposa de Magno de Himi.

Longo espaço havia que os dois conjuges estavam n'aquella disposição. Fédera, em cujo rosto se conheciam vestigios de indefinivel dor, cravava os enfraquecidos olhos nas crepitantes chammas do lar... por vezes dirigia-os para a sombria figura de Magno; leve tremor lhe circulava por todo o corpo, e tornando a fitar a vista no fogo, proseguia com mais ardor nas suas orações.

Uma vez Magno abriu os olhos subitamente, e sorprendeu as timidas vistas que lhe lançava a esposa.

— Dormia? — murmurou Fédera com voz doce e apagada.

— Não, senhora. — respondeu Magno. — Porque me olhava assim?

Fédera tremeu de novo.

— Porque te amo muito; — replicou passado um instante.

E, enxugando sa lagrimas, voltou ás suas orações. Mas os dedos não lhe acertavam a passar as contas do seu rosario de ambar.

E não tornaram a fallar; já haviam fallado mais que de costume.

III

Tres annos contavam de casados Fédera e Magno de Himi, e ainda não tinham passado um inverno em seu palacio de Loppen. Iam-se antes a Cristiania, onde a vida dos nobres é um continuo festejo durante os grandes frios; mas este anno, depois de ter viajado por toda a costa da Noruega, nos formosos dias de junho e julho, Magno dicidíra sepultar-se com sua esposa no alcaçar de gelo que descrevemos, onde, sós e taciturnos, um em frente do outro, haviam já passado quinze dias, e d'onde não poderiam sair antes de oito mezes, por causa de se terem gelado as primeiras neves ás portas do palacio.

IV

Haviam, pois, decorrido quinze noites.

Magno de Himi pedíra a harpa escandinava, e cantava romances a sua esposa.

«A canção recordava a Fédera o juramento que prestára a seu marido junto do tumulo do pae d'elle. Magno pedia que, se algum dia ella faltasse ao seu juramento, não profanasse aquelle tumulo sagrado.»

A voz de Magno retumbava como trovão nas concavidades do vasto palacio, ao repetir o ultimo verso da canção. E voltando-se para a angustiada menina, perguntou-lhe sorrindo:

— Que faz, Fédera?

— Oro por alma de seu pae — respondeu fechando os olhos para não ver o sorriso do esposo.

Magno pulsou de novo a harpa e proseguiu o seu romance.

«D'esta vez dizia o trovador, que n'aquelle valle, flor dos valles, onde tinham morrido seus paes, haviam de nascer seus filhos; e se lhe não nascessem filhos, o seio de Fédera era-lhes o tumulo; e tambem, n'este caso, não devia ella profanar as cinzas de um pae virtuoso e querido!»

O rosario de ambar desprendeu-se das mãos de Fédera, e foi cair no lume da lareira. Alli se desenfiaram e rolaram as contas, que, momentos depois, eram outras tantas brazas. Um delicioso perfume inundou a habitação.

— Como está, senhora? — perguntou Magno como se nada observasse.

— Bem, Magno.

— Tem ainda alguma duvida a respeito do seu estado?

— Não, senhor.

— Vaes então a ser mãe!... Que ventura! Vejo satisfeitos os meus votos de tres annos!

— Sim... — murmurou a joven.

— E até quando havemos de esperar?

— Até março.

— Julgo o mesmo — replicou o trovador Magno, fazendo novos harpejos e dispondo-se a cantar.

Fédera cruzou as mãos e inclinou a fronte.

Magno cantou:

«Seus versos referiam que se vira cruzar os montes cavalleiro estranho de negros olhos e cabello negro; se esse cavalleiro tivéra um filho, o primeiro filho devia ter, de certo, *negros olhos e cabello negro.*»

— Cale-se...! — murmurou Fédera ajoelhando.

— Conheceu os seus avós? — exclamou Himi, erguendo a esposa e em tom indifferente.

— Senhor! — respondeu a pobre mulher estreitando as mãos de Magno.

— De que côr tinham os olhos? Responda!

— Eram azues...

— E os meus avós, conheceu-os tambem?

— Não, senhor.

— Vae conhecel-os — tornou o mancebo, tomando a esposa de um braço e arrastando-a lentamente para a galeria.

Havia n'ella uma longa serie de retratos allumiados por brandões de espaço a espaço. Os veneraveis semblantes dos nobres senhores de Himi pareciam vivos e agitados dentro das molduras que os adornavam.

— Estes são os meus antepassados! — exclamou o moço. Veja-os, senhora! Todos tem olhos azues, como a senhora e como eu, como vossos paes e avós, como todos os filhos dos extremos do norte! Comprehende, portanto, que o nosso filho ha de tambem ter os olhos azues!

Disse, e afastou-se rindo convulsivamente, em quanto a joven, que se conservára de pé, por estar sustentada pelo braço vigoroso do escandinavo, caíu de joelhos sem voz nem alento.

Assim permaneceu largas horas; e quando já tudo era silencio no palacio, e os brandões expiravam consumidos, assim como se apagava a lareira do salão proximo, levantou-se quebrantada, moribunda, e tomou o caminho do seu quarto.

Chegou-se, e, ao encontral-o só, suspirou profundamente. Nem teve forças para sentar-se. Recostou-se em uma parede e meditou.

— Meu filho, — murmurou por fim com voz sepulchral, apoiando as mãos no seu coração como se as pozera no do filho que trazia no seio; — meu filho, has de ser tu o verdugo de tua mãe?

E despedindo um olhar em torno de si, fugiu com temor para outro angulo da estancia, cobrindo o rosto com as mãos.

Parecia a estatua do remorso amaldiçoando-se a si propria!

E poderia aquelle coração dar asylo ao remorso?

(Continúa)



Humanidade na guerra

Não vão longe os tempos em que ser prisioneiro de guerra, era ás vezes peior que morrer no campo da batalha. Póde-se dizer que desde a epocha de Bonaparte é que se começou a prestar homenagem á desventura do valor militar, e que a troca dos prisioneiros se assentou como direito de guerra.

Os povos antigos chamavam *captivos* aos soldados e capitães vencidos em peleja, e este nome basta para que façâmos idéa dos tratos, vexames e fomes que padeciam. As pinturas, esculpturas e medalhas gregas e romanas, principalmente, nol-o attestam para vilipendio d'aquella gentilica civilisação.

A historia d'essas eras exalta, como grande e rara, a longanimidade com que Alexandre Magno tratou a familia de Dario, rei dos persas, quando a captivou n'uma das batalhas que este soberano perdeu, combatendo com o feliz conquistador macedonio. E tambem isto se pintou e esculpiu, como acção digna de passar á posteridade, sendo apenas um acto que se tem repetido até entre os cannibaes!

Quão differentes, porém, são os costumes de hoje, como é diversa a praxe da guerra, póde-se ver na gravura junta, copia de um dos innumeraveis quadros da famosa guerra da Criméa, pintados pelos artistas de diversas nações que alli foram, expressamente, para dar a conhecer ao mundo os feitos heroicos dos exercitos aggressores, francez e inglez; e dos defensores do seu territorio, os russos.

Os prisioneiros que alli vemos, parte d'elles feridos, pertencem aos homericos defensores da formidavel torre de Malakof, contra a qual se assestaram 810 boccas de fogo, 615 dos francezes, e 195 dos inglezes, que vomitaram contra a praça milhões de bombas e balas, e em cujo assalto e tomada pereceram 15:000 homens dos alliados! E isto no seculo das luzes, da liberdade e da egualdade!

Todos esses prisioneiros vão fardados, e com os seus bornaes. D'antes os captivos eram logo despojados de todos os trajos em proveito dos vencedores, á laia do direito consuetudinario que tinham os carrascos ao fato dos padecentes a quem vestiam a alva...

Quadros como o que apresentâmos é que devem passar á posteridade, já que, deploravelmente, ainda os pintores de batalhas tem assumpto para os seus quadros, ainda hoje Horacio Vernet póde seguir a eschola de Lebrun!

APONTAMENTOS PARA UMA BIOGRAPHIA

Ha existencias predestinadas, cujo primeiro erro destroe todo o seu porvir.

A. DUMAS.

I

Corria o anno de 1802, cursava a corte de Lisboa, no serviço de dama da princeza D. Carlota Joaquina de Bragança e Bourbon, D. Eugenia José de Menezes.

Era filha de D. Rodrigo José de Menezes, nono filho do quarto marquez de Marialva, e de D. Maria José Ferreira d'Eça, duodecima senhora da casa de Cavalleiros, havendo sido agraciado seu pai, em 14 de novembro d'aquelle anno, com o titulo de conde d'esta Casa.

Rendêra-se á graça d'esta senhora o principe regente, depois el-rei D. João VI, e, para lhe grangear a affeição, não desperdiçou diligencias. E não foram baldadas, infelizmente, estas diligencias, porque acceitou benevola o galenteio que devêra repellir por todos os motivos.

Não calcularam os dois amantes os excessos a que o ciume poderia arrojar a princeza, offendida nos direitos sagrados de esposa, e nos sentimentos de orgulho e vaidade de mulher.

Não possuia esta a heroica resignação da santa rainha D. Isabel, de Aragão, que a el-rei D. Diniz soffrêra sem queixume tantos aggravos d'este genero.

Foi, por ventura, a convicção de quanto seria implacavel D. Carlota, que persuadiu o principe, já extinctos os ardores da concupiscencia, a subtrahir-se e a D. Eugenia ás suas iras, encarregando de fugir com ella a João Francisco de Oliveira.

Era João Francisco de Oliveira medico do paço, de frequentes relações com esta dama, e por isso adequado sujeito para encargo similhante. Obedeceu, mau grado, á vontade soberana, fazendo o sacrificio que lhe exigiu: sacrificio expiatorio, se a princeza tinha noticia das offensas do marido; sacrificio perigoso, quando mesmo a não tivesse, porque comprommettia, com a dignidade da classe, a segurança pessoal.

Foi recluida a infeliz fugitiva no mosteiro de monjas da ordem de Cister, em Tavira, com a filhinha, fructo dos adulteriosos amores.

II

Quinze annos havia, que o dr. Paschoal José de Mello Freire, inclyto ornamento da jurisprudencia portugueza, apresentára á rainha fidelissima D. Maria I, o seu codigo criminal, que fôra mandado organisar por carta regia de 22 de março de 1783.

No chaos da legislação de Roma e Portugal, servíra de guia ao auctor d'esta gravissima obra o luminoso facho da critica e philosophia, preservando-a, quanto pôde, da ferrugem dos seculos, dos attentados da tyrannia, e das invasões do feudalismo.

Não tinham as penas, n'essa epocha, no nosso paiz, proporção com os delictos, eram regularmente crueis e injustas. Estabeleceu o dr. Paschoal esta proporção, removeu as crueldades e injustiças, quanto as circumstancias lh'o permittiram.

Os crimes de lascivia, ou *attentados ao pudor* (como é agora uso dizer-se), que tamanha escusa tem na fraca natureza humana, castigou-os com mais lenidade do que até alli eram punidos.

A pena de infamia, que é uma excommunhão civil, entendeu que devia impor-se n'aquelles delictos sómente que o commum da nação julgava infamantes; porque, dizia o eximio criminalista, *a idéa verdadeira da honra, e o modo de a perder, é a coisa mais poderosa para conter homens, e não se deve prodigalisar para a não envilecer.* [1]

A despeito d'estes principios philosophicos e justos, expostos por tão auctorisado jurisconsulto, que deviam calar no animo de todo o julgador, para attenuar, quanto lhe fosse possivel, na applicação, a severidade de disposições obsoletas, viu com assombro a nossa edade a publicação de um alvará abominavel, pela monstruosidade das penas que infligiu a uma pobre mulher que se deixára seduzir pelo seu soberano, e mais abominavel ainda, quando o considerâmos referendado pelo proprio complice do crime que se quiz punir!...

Aqui transcrevemos esta famosa peça:

« Eu o Principe Regente Faço saber aos que este alvará virem: que tendo-se verificado na minha real presença, que D. Eugenia José de Menezes, dama da princeza, minha sobre todas muito amada e prezada mulher, esquecida inteiramente da honra e decencia do paço, de si mesma, e d'aquelles de quem vem, se precipitára no crime torpe e abjecto de fugir com hum medico; offendendo assim o respeito e decoro do mesmo paço, e injuriando a familia e casa em que nasceu, com tanta infamia propria, como escandalo geral: E sendo indispensavel, não só zelar o respeito devido á casa real, e a honestidade, e louvavel procedimento da familia d'ella, especialmente d'aquellas criadas, que pela sua qualidade e representação devem servir de exemplo na pureza dos costumes e gravidade de todas as suas acções; mas tambem conservar illesas a memoria e nobreza das familias illustres, que não póde ser representada por pessoas indignas; as quaes envilecendo por factos torpes, abjectos, e escandalosos á distincção com que nasceram, se desherdam por elles da grande representação dos seus maiores, e das prerogativas e privilegios que os mesmos lhes transmittiram por virtudes assignaladas, feitos heroicos, e sacrificios gloriosos: Sou servido mandar, que a dita D. Eugenia seja riscada do titulo de dama, privada de todas as mercês e honras, e excluida da successão dos bens da coroa e ordens a que tenha, ou possa ter algum direito: e outro sim ordeno, que seja degradada da familia e casa em que nasceu, e de que ficará estranha per si e seus descendentes, se os tiver, para

[1] *Codigo criminal intentado pela rainha D. Maria I, auctor Paschoal José de Mello Freire. Terceira edição. Provas pag. 9.*

todos os actos de feito e de direito, sem poder succeder em herança *ab intestato*, nem em vinculos e prasos familiares, como se houvesse nascido da infima plebe, extinctos todos os direitos de sangue.

« Pelo que mando á mesa do desembargo do paço, que sendo-lhe apresentado este alvará, depois de passar pela chancellaria, o faça cumprir e executar com as ordens necessarias, sem embargo de quaesquer leis, instituições, investiduras, e mais disposições em contrario, que todas hei por derogadas para este effeito sómente, como se d'ellas fizesse especial menção, não obstante a Ordenação que dispõe o contrario, pois assim he minha vontade, e o determino definitivamente de meu motu proprio, certa sciencia, poder pleno e supremo, para que mais não possa vir em duvida em juizo ou fóra d'elle. E o mesmo observará o meu mordomo-mór, pela parte que lhe toca. Dado no palacio de Queluz em 2 de junho de 1803. — Com a assignatura do principe regente, e a do ministro. »[1]

João Francisco de Oliveira foi condemnado a morrer enforcado, e em perdimento de bens, e, por ausente, se appellidou contra elle, para qualquer do povo o poder matar, por sentença da Casa da Supplicação de 12 de Junho de 1804.

Não se conformou, porém, tamanha severidade com o nimio favor que, posteriormente, lhe liberalisou el-rei D. João VI, chamando-o aos seus conselhos como ministro e secretario d'Estado!

Foi n'este facto, na tradição constante entre os homens sisudos do tempo, e nos documentos que ainda hão de ler-se, que nos estribámos para a narrativa que havemos feito, sem embargo de positivamente a contrariar o alvará que fica citado.

III

Onze annos eram decorridos depois que D. Eugenia José de Menezes se recolhêra ao mosteiro de Tavira. Aqui vivia entregue a exercicios de piedade, supplicando allivio a suas angustias áquella Senhora, que a egreja invoca sob o amoroso titulo de *Consoladora dos Afflictos*.

As feridas moraes, diz com toda a verdade Alexandre Dumas, tem a particularidade de se occultarem, mas não se fecham; sempre dolorosas, sempre dispostas a verter sangue, se lhes tócam, conservam-se vivas e abertas no coração.[2]

Não permittiu a Providencia, que na quietação d'este retiro terminasse D. Eugenia os seus dias; aprouve-lhe suscitar uma inesperada provação, que sobremaneira a affligiu.

O excellente varão a quem havia confiado a direcção de sua consciencia, foi transferido, por interesse da ordem, do convento de Tavira para o de Santo Antonio de Portalegre.

Perdeu D. Eugenia n'este sabio religioso um amigo fiel, que, segundo a Escriptura, é uma protecção forte, um thesouro precioso para quem tem a fortuna de o encontrar.[3]

Era Fr. Thomé de Castello de Vide a unica pessoa que conhecia todos os lances de uma vida tão aventurosa, quem sabia todos os cruciatos que atormentavam tão infeliz existencia. D. Eugenia tratava-o com o coração nas mãos, fallava-lhe com toda a sinceridade e fidelidade, havendo posto n'elle summa confiança, acompanhada de extrema reverencia.

Nunca se prostrára a seus pés, que, ao cabo de suas confidencias intimas, se não levantasse mais firme nos seus bons propositos, mais confortada e alliviada em suas tribulações.

Com a ausencia do director espiritual de tantos annos, ficou inconsolavel, fluctuando n'um mar de incertezas, como navio sem piloto em caliginosa noite de tempestade.

Recorreu ao Rio de Janeiro, sollicitando a permissão de trasladar-se tambem para Portalegre.

Em data de 7 de setembro de 1814 recebeu a madre abbadessa do mosteiro da ordem de Cister, d'esta cidade, a seguinte carta do seu prelado de Alcobaça:

« Religiosissima M. D. abbadessa.

« Remetto a vossa senhoria o aviso que acabo de receber, expedido do Rio de Janeiro, em que sua Alteza determina, que a excellentissima D. Eugenia José de Menezes, recolhida no nosso mosteiro de Tavira, passe para esse, em que se lhe aprompiará accommodação decente á sua pessoa e familia.

« Portanto deverá vossa senhoria, de accordo com o padre feitor, fazer aprompiar, com a brevidade possivel, algumas casas que forem mais capazes para habitar uma tal personagem, aceiando-as, e reparando-as do que precisarem, como vossa senhoria póde inferir do mesmo aviso, e de instrucções que particularmente me são dadas.

« Todo o obsequio e attenção com que vossa senhoria, e a sua communidade, tratar a dita fidalga, eu o reputarei como feito á minha pessoa, e ao logar que represento; e me persuado que vossa senhoria saberá, que ella é filha *(queria dizer neta)* do marquez de Marialva, e irmã da duqueza de Lafões, etc.

« Deus Guarde a vossa senhoria muitos annos. Alcobaça 7 de setembro de 1814. — Sou de vossa senhoria muito attento venerador e obrigado, *Fr. Verissimo Barreto.* »[1]

(Continúa)

COCHINCHINA

(DESCOBERTA PELOS PORTUGUEZES)

(Vid. pag. 372)

E os que não professam letras nem as armas, usam de roupão, mas nem tão comprido como os letrados, nem tão curto como os soldados; pelo que do vestido exterior logo se conhece o estado da pessoa. A tunica exterior, que trazem tambem os homens, é algum tanto mais larga no pescoço; chega até ao joelho, e é egual em todos os estados. As côres pois d'estes vestidos são mui honestas, porque a tunica dos moços e moças, commummente, é roxa, e nas pessoas de madura edade é branca. Porém o roupão exterior, assim dos homens como das mulheres, é sempre de côr preta, por ser mais grave.

Os homens de letras, de armas, toda a pessoa honrada e limpa, de um e outro sexo, sempre vestem seda; e aconteceu já não se achar em casa de certa fidalga um pedaço de panno de algodão para curar uma ferida. Os mecanicos, com o mais povo, posto que em suas casas, lojas e occupações usem de roupa de algodão, que alli nasce em grande abundancia, supprindo a falta do linho que se não dá no Oriente, nas visitas e festas, quanto vestem tudo é seda, até o calção; e o seriam tambem as meias, se a qualidade da terra e do clima não os obrigasse a andarem todos descalços; sómente as pessoas reaes calçam chinelas, mais por estado que por necessidade. Mas o

[1] Vide *Collecção da Legislação Portugueza pelo desembargador Antonio Delgado da Silva — Legislação de 1802, a 1810, pag. 226.*
[2] *Conde de Monte Christo.*
[3] Eccl. 6. v. 14. *Amicus fidelis, protectio fortis: qui invenit illum, invenit thesaurum.*

[1] Houvemos o proprio autographo d'esta carta do nosso rev. amigo Francisco de Azeredo Lobo de Almeida Leme, director do mosteiro.

que lhes falta de ornato e de abrigo nos pés o tem na cabeça, porque todos e todas trazem chapeo tecido de palhas muito finas, e os homens podem tambem usar de chapeo de sol. Este privilegio, negado ás mulheres, foi causa d'ellas inventarem outra fórma de chapeo muito maior que o de sol; mas por que o não podem trazer levantado na haste, o encostam ao braço esquerdo, e d'elle usam as senhoras graves e mandarinas. Agora falta-lhes saírem com outro invento, que arremede o leque... que sómente é permittido aos homens!... fóra de casa, porque estes, e não ellas, tem de sair de casa e andar pelas ruas.

Assim os letrados como os soldados, nas occupações de seus serviços, trazem na cabeça barrete redondo, alto dois palmos, mas com esta distincção, que nos letrados fica todo levantado, e nos soldados com a ponta de cima dobrada e caída para traz. E seria tão grande descortezia apparecerem ou ficarem descobertos diante de seus maiores, e do mesmo rei, como na Europa se tivessem o chapeo na cabeça. Seria tambem desprimor, e grande rusticidade, visitar ou receber visita (se não fosse de pessoa mui confidente) sem vestir roupão preto; ou se este não estivesse fechado adiante, e atado com duas fitas, que para este fim estão cozidas em uma e outra parte do roupão.

Como esta gente é por sua situação geographica mui navegadora, daremos idéa do seu modo de construcção naval, guiando-nos pelo que deixaram escripto os missionarios portuguezes que alli apostolaram o Evangelho por alguns seculos; narrativa muito mais veridica e singela, que a dos viajantes francezes que ahi se lêem.

As embarcações da Cochinchina todas são de remo. As de contrato, do tamanho das nossas caravelas, de taboas incorruptiveis e mui largas, não são pregadas, mas cosidas uma com a outra, o que fazem abrindo de palmo em palmo buracos nas bordas das taboas, sem as furarem pela parte que toca na agua. N'estes buracos, de uma outra taboa, vão enfiando muitos fios grossos, que tiram da casca da bengala que no Oriente chamam rota; tapam as juntas das taboas com cascas de arvores, e as apertam com cunhas mettidas pelas argolas d'aquelles fios. Acabada a monção de navegar, cortam os fios e recolhem o taboado para logar coberto.

Fazem estas embarcações de dois mastros, cujas vélas são de esteira. A figura é de leque, e em logar das varetas tem de uma e de outra parte umas largas tiras de grossas cannas, de cada uma de cujas pontas superiores pende seu cordel, os quaes todos se juntam no cabo da escota. A vista é de uma harpa armada, ou harpa negra. Não se ferram estas vélas, mas, fecham-se a modo de biombo; e quanto mais furioso é o vento, tanto mais vão arriando e fechando a véla, para maior segurança do mastro e do casco.

Usam de dois lemes, que não descançam nos engonços, mas os trazem pendurados para os poderem levantar facilmente quando derem em baixos, e os tirarem quando não navegam. Um é pequeno, e fica todo fóra da pôpa, como se costuma na Europa, e se servem d'esse nos rios e no mar bonança; o outro é maior, mette-se por dentro da pôpa, e sáe debaixo d'ella mais de uma braça. D'este se valem nas tormentas, e quando vão de bolina, para ter mão no barco, pois como não tem quilha facilmente viraria. As enxarcias, cabos, e amarras, são de bengalas inteiras, e as ha muito grossas; todas as ancoras de pesadissimo pau, com unhas de ferro. Com estas embarcações navegam aquelles mares, e correm com as tormentas, que são mui furiosas n'aquellas costas de Champá e Cochinchina.

Para uso da guerra tem galés que arremedam as da Europa. São pregadas, e de uma só coberta, mui compridas, não muito largas, porém proporcionadas. Trazem vinte e cinco até trinta remos por banda; e por cada remo um só homem, que juntamente é soldado de mosquete, e levam na prôa uma peça de bronze de seis libras. Os pelouros são todos de cobre fundido; não sendo por falta de ferro, mas por ostentação e grandeza real. Só quando vão á véla levantam o mastro. Indo porém a remo, o meneiam ao som harmonioso que fazem com o bater de dois pausinhos sobre outro maior que fica pendurado pelas duas pontas, e conforme o compassam, mais ou menos apertam o punho. Mas ao som de certa pancada, mettem todos com tanta força e geito o remo na agua, que faz parar e ficar immovel a galé, posto que vá despedida com toda a velocidade, o que costumam fazer quando querem atirar com a artilheria. Assim mesmo ao som de outra pancada levantam todos os remos da agua, e subjugando-os com o pé sobre a coberta, pegam dos mosqueteiros e dão todos carga; e logo carregando-os com a mesma ligeireza, os guardam a seus pés, e tornam outra vez ao remo. Para que o remo lhes seja facil, trazem-no pendurado do tolete.

Todos remam de cara, e carregam o punho com todo o corpo para a prôa, onde fica a camara, que é um sobrado sobre a artilheria. N'este assiste sempre o capitão, e é o logar mais honrado, porque é o mais perigoso. O capitão vae ricamente vestido; os remeiros, que todos são moços escolhidos, quasi da mesma edade e estatura, trazem sómente calção de seda. No tempo porém de peleja, para offenderem, além do mosquete, empunham catana ou alfange, mas para sua defensão cobrem sómente a cabeça com capacete doirado, feito de pelle de bufalo, que resiste ainda aos pelouros de mosquete.

O ornato d'estas galés é muito rico, e mui vistoso. Não tem esporão como as da Europa, mas assim a pôpa como a prôa ficam arqueadas e levantadas com bella proporção, ambas de esculptura mui curiosa, e ambas doiradas. E o mais corpo exterior da galé todo charoado, e de varias côres, como tambem os remos; e tudo com tanta perfeição quanta vemos nos contadores e caixas que vem do Japão.

(Continúa)

ENIGMA

